

BANCO GUANABARA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30.06.2016



RJPAR-16/014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
BANCO GUANABARA S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Guanabara S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas não contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nessas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

RJPARG-16/014
continuaçãõ....

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Guanabara S.A., em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Audifores Independentes
CRCMG - F - 757 - RJ



Fernando Campos Motta
Contador CRCMG - 91.109-S-RJ



Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG - 38.018-S-RJ

BANCO GUANABARA S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de reais)

		Semestre findo em	
	Nota	30.06.16	30.06.15
ATIVO			
CIRCULANTE		1.038.041	807.538
Disponibilidades		1.781	1.478
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	431.452	526.500
Aplicações no Mercado Aberto		431.452	526.500
Títulos e valores mobiliários	5.a	297.276	41
Carteira própria		296.143	41
Vinculados a negociação e intermediação de valores		924	-
Instrumentos Financeiro Derivativos	5.b	209	-
Relações interfinanceiras		1.505	6.347
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.505	105
Créditos Vinculados		-	4.470
Relações com correspondentes		-	1.772
Operações de créditos	6 e 8	293.387	263.276
Setor privado		312.086	270.110
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.c	(18.699)	(6.834)
Operações de arrendamento mercantil	7 e 8	(119)	11
Setor privado		203	398
Rendas a apropriar de arrendamentos		(153)	(371)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.c	(169)	(16)
Outros créditos		4.696	1.787
Diversos		4.983	2.387
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.c	(287)	(600)
Outros valores e bens		8.063	8.098
Outros valores e bens		8.038	8.033
Despesas antecipadas		25	65
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		90.568	255.602
Títulos e valores mobiliários		-	173.160
Carteira própria	5.a	-	173.160
Relações interfinanceiras		169	299
Vinculados ao Banco Central		169	299
Operações de crédito	6 e 8	90.022	81.245
Setor privado		94.593	93.654
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.c	(4.571)	(12.409)
Operações de arrendamento mercantil	7 e 8	-	-
Setor privado		-	86
Rendas a apropriar de arrendamentos		-	(86)
Outros créditos		377	898
Diversos		619	1.045
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.c	(242)	(147)
PERMANENTE		4.041	4.619
Investimentos	9	1.751	1.745
Participações em coligadas e controladas		274	268
Outros investimentos		1.477	1.477
Imobilizado	10	2.042	2.544
Outras imobilizações de uso		3.402	3.407
Depreciações acumuladas		(3.017)	(2.800)
Imobilizado de arrendamento		9.249	9.438
Depreciações acumuladas		(7.592)	(7.501)
Diferido		2	10
Gastos de organização e expansão		656	656
Amortizações acumuladas		(654)	(646)
Intangível		246	320
Ativos intangíveis		511	486
Amortizações acumuladas		(265)	(166)
Total do Ativo		1.132.650	1.067.759

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

		Semestre findo em	
	Nota	30.06.16	30.06.15
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		176.214	131.804
Depósitos	11.a	110.082	67.364
Depósitos à vista		10.945	7.055
Depósitos a prazo		99.137	60.309
Obrigações por operações compromissadas		-	1.504
Carteira própria		-	1.504
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias	11.b	31.836	-
Recursos de Letras Crédito Imobiliária - LCI		31.836	-
Relações interfinanceiras		53	32
Serviço de compensação de cheques		53	32
Obrigações por empréstimos e repasses		25.785	42.586
FINAME	12	25.785	42.586
Outras obrigações		8.458	20.318
Arrecadação de tributos e assemelhados		175	185
Fiscais e previdenciárias		5.077	3.359
Negociação e Intermediação Valores		17	-
Dívidas Subordinadas	11c	-	15.123
Diversas		3.189	1.651
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		823.273	805.377
Depósitos	11.a	799.314	773.146
Depósitos à prazo		799.314	773.146
Obrigações por empréstimos e repasses		23.472	30.603
FINAME	12	23.472	30.603
Outras obrigações		487	1.628
Fiscais e previdenciárias		487	626
Diversas		-	1.002
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		131	42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.032	130.536
Capital social			
Ações Ordinárias - País	13.a	66.000	66.000
Reservas de capital		1.256	1.256
Reservas de lucros	13.b	60.912	64.768
Lucros (Prejuízos) acumulados		4.864	(1.488)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.132.650	1.067.759

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	80.691	68.899
Rendas de operações de crédito	37.484	29.840
Rendas de arrendamento mercantil	176	1.129
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	43.031	37.930
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(59.202)	(55.714)
Despesas de captação no mercado	(52.957)	(46.984)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(1.243)	(1.326)
Despesas de arrendamento mercantil	(148)	(1.083)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.854)	(6.321)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.489	13.185
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(8.677)	(10.018)
Receitas de prestação de serviços	2.169	777
Despesas de pessoal	(5.216)	(5.996)
Outras despesas administrativas	(4.107)	(3.909)
Despesas tributárias	(1.452)	(994)
Outras receitas operacionais	70	125
Outras despesas operacionais	(141)	(21)
RESULTADO OPERACIONAL	12.812	3.167
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(66)	(175)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO	12.746	2.992
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.299)	(648)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(1.612)	(1.043)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	(196)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	9.639	1.301
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(4.775)	(2.789)
RESULTADO POR AÇÃO - Em R\$	0,15	0,02

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldo em 31.12.15	66.000	1.256	2.102	58.810	-	128.168
Lucro Líquido do semestre					9.639	9.639
Destinações:						
Juros sobre Capital Próprio					(4.775)	(4.775)
Outras reservas						-
Saldo em 30.06.16	66.000	1.256	2.102	58.810	4.864	133.032
Saldo em 31.12.14	66.000	1.812	1.882	62.330	-	132.024
Lucro Líquido do semestre					1.301	1.301
Destinações:						
Juros sobre Capital Próprio					(2.789)	(2.789)
Outras reservas		(556)		556		-
Saldo em 30.06.15	66.000	1.256	1.882	62.886	(1.488)	130.536

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	9.639	1.301
Ajuste ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações	161	448
(Superveniência) / Insuficiência da depreciação	148	789
Lucro líquido ajustado	9.948	2.538
(Aumento) e Redução em ativos operacionais		
(Aumento)/Redução em Relações linterfinanceiras e Interdependências	(1.459)	(1.913)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito, líquido de baixas/recuperações	(33.653)	34.322
(Aumento)/Redução em Arrend. Mercantil, líquido de baixas/recuperações	(100)	(48)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(3.374)	(1.922)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	(637)	789
Aumento e (Redução) em Passivos operacionais		
Aumento/(Redução) em Depósitos	224.350	(3.098)
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceite, Letras Imobiliária - LCI	22.174	(379)
(Aumento)/Redução em Obrigações por operações compromissadas	54	1.504
(Aumento)/Redução em Relações linterfinanceiras e Interdependências	-	32
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(14.023)	(9.402)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(13.150)	(7.182)
Aumento/(Redução) Resultado de Exercícios Futuros	(53)	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	190.077	15.233
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento)/Redução em Títulos Valores Mobiliários	(106.961)	(140.461)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2)	(8)
Alienação Imobilizado de Arrendamento	-	56
Aplicação do Ativo Intangível	(25)	(10)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(106.988)	(140.423)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros s/Capital Próprio pagos	(4.775)	(2.789)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.775)	(2.789)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	78.314	(127.979)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	354.919	655.957
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	433.233	527.978

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **BANCO GUANABARA S.A.** é uma sociedade de capital fechado, operando sob a forma de Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos e de Arrendamento Mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. As receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são contabilizadas *pró-rata* dia e as operações pré-fixadas registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de renda a apropriar ou despesas apropriar correspondentes ao período futuro.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os compromissos assumidos por vendas e / ou recompras são reconhecidos nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto e Operações Compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, líquidos das rendas e despesas a apropriar reconhecidas no resultado “*pro rata temporis*”.

d. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação definida pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a Administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Os **instrumentos financeiros derivativos** – “*Hedge*” de Risco de Mercado são contabilizados pelo valor de custo, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no resultado, já que os mesmos serão levados até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os saldos de repasses interfinanceiros, operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do semestre. As rendas e despesas pré - fixadas são apropriadas ao resultado, "pro rata" dia, de acordo com o prazo das operações.

As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

f. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Essas operações são classificadas nos respectivos níveis de riscos, considerando: a) os dispositivos da Resolução CMN nº 2682/99, b) avaliação da Administração mediante a conjuntura econômica, no período, consubstanciada na experiência passada e dados históricos, nos riscos específicos do negócio dos clientes, na qualidade das garantias, além disso, no reconhecimento do período de atrasos.

De acordo com as normas do BACEN, as atualizações das operações vencidas até 60º dia é contabilizada em receitas e, a partir do dia subsequente, em renda a apropriar, e o reconhecimento em receitas ocorrerá no efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, posteriormente são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes, na análise das operações e constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I) Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos, apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. A taxa anual considerando essa aceleração é de 28,57% para veículos.

IV) Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "III" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos permanentes estão registrados pelo valor de custo, líquido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% (dez por cento) ao ano; sistemas de transporte - 20% (vinte por cento) ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% (vinte por cento) ao ano.

i. Diferido

O diferido é registrado ao custo de aquisição. A amortização dos gastos de organização e expansão será efetuada pelo período de 05 (cinco) anos, ou 20% (vinte por cento) ao ano.

Em consonância com a Resolução do CMN nº. 3.617/08, os saldos existentes devem ser mantidos até a sua efetiva baixa. A partir da publicação desse normativo só serão registradas as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento de resultado de mais de um exercício e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional.

j. Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado, no mínimo, por ocasião da elaboração do balanço. Em 30 de junho não foram reconhecidas perdas de ativos por *impairment*.

l. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os saldos de Depósitos à Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil (R\$120 mil no semestre) e a contribuição social foi constituída até agosto de 2015 à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

O imposto de renda diferido no passivo de longo prazo decorre da superveniência e / ou insuficiência de depreciação, pertinentes às operações de *leasing*.

A provisão para contribuição social foi calculada até agosto de 2015 à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019, ajustado na forma da legislação em vigor, com o reconhecimento da "Superveniência e/ou Insuficiência".

n. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

o. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo desta rubrica está representado por:

	Semestre findo em	
Aplicações no mercado aberto	30.06.16	30.06.15
Letras Financeiras do Tesouro	227.113	478.481
Letras do Tesouro Nacional	156.156	28.276
Notas do Tesouro Nacional	50.028	20.010
Rendas a apropriar	(1.845)	(267)
Total	431.452	526.500
Circulante	431.452	526.500

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco Guanabara vem realizando algumas mudanças de estratégias, com objetivo de acompanhar o mercado e obter rentabilidades com os movimentos de preços efetivos ou esperados. Em 29/01/2016 a Alta Administração decidiu reclassificar os títulos e valores mobiliários de "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação", especificamente as Letras Financeiras do Tesouro (LFT). O BACEN comunicou a intempestividade do prazo estabelecido na Circular nº 3068/ 01, que prevê mudanças na classificação de categorias dos títulos e valores mobiliários, no levantamento dos balanços semestrais, sendo que o Banco apresentou suas razões ao referido Órgão Fiscalizador.

A mudança na classificação da categoria de títulos e valores mobiliários teve um impacto financeiro no resultado no montante de R\$2 mil, assim demonstrados:

Títulos Mantidos até o Vencimento	Vencimento	Emissão	Qtde	PU	Em 31.12.15		
					Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Valor Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2020	17/01/2014	5.000	7.406,4686	37.032	-	37.032
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2021	09/01/2015	20.000	7.404,3918	148.088	-	148.088
					185.120	-	185.120

Títulos Mantidos até o Vencimento	Vencimento	Emissão	Qtde	PU	Em 29.01.16		
					Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Valor Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2020	17/01/2014	5.000	7.484,6720	37.423	(9)	37.415
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2021	09/01/2015	20.000	7.482,5733	149.651	11	149.662
					187.075	2	187.077

BANCO GUANABARA S.A.**5a. Títulos e Valores Mobiliários:****I) Composição da Carteira por Categorias:**

Classificação	Semestre findo em			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento	11	-	11	173.201
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	173.151
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Títulos da Dívida Agrária	11	-	11	50
Títulos para Negociação	295.963	169	296.132	-
Letras Financeiras do Tesouro	255.239	(212)	255.027	-
Notas do Tesouro Nacional	40.724	381	41.105	-
Vinculados a Prestação de Garantias	925	(1)	924	-
Letras Financeiras do Tesouro	925	(1)	924	-
Derivativos (Ativo)	209	-	209	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	297.108	168	297.276	173.201
Circulante			297.276	41
Longo Prazo			-	173.160

II) Abertura por Vencimento:

	30.06.16					Total Carteira
	Sem Vecto	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Acima 05 anos	
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	11	-	-	-	11
Títulos da Dívida Agrária	-	11	-	-	-	11
Títulos para Negociação	-	364	63.634	222.086	10.972	297.056
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	57.842	197.336	773	255.951
Notas do Tesouro Nacional-NTN B	-	-	5.792	24.750	10.199	40.741
Notas do Tesouro Nacional-NTN C	-	364	-	-	-	364
Total	-	375	63.634	222.086	10.972	297.067

BANCO GUANABARA S.A.

	30.06.15					
	Sem	03 a 12	01 a 03	03 a 05	Acima	Total
	Vecto	meses	anos	anos	05 anos	Carteira
Títulos Mantidos até o Vencimento	14	27	9	34.638	138.513	173.201
Títulos da Dívida Agrária	14	27	9	-	-	50
Notas do Tesouro Nacional-NTN B	-	-	-	34.638	138.513	173.151
Total	14	27	9	34.638	138.513	173.201

5b.) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco Guanabara S.A. adota posição bastante conservadora na utilização de derivativos e mercados que envolvam excessivos riscos. As aplicações em instrumentos financeiros destinam-se a atender necessidades de seus clientes e que objetivam a reduzir a exposição a risco de taxa de câmbio. Os compromissos de compra a termo, realizados com clientes, são atrelados às operações de venda a termo e estão registrados em contas patrimoniais e de compensação.

O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Descrição	Conta de Compensação		Valor Patrimonial	
	Valor Referencial		A Receber / (A Pagar)	
	Semestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Posição vendida	(2.008)	-	209	-
Termo de Moedas (NDF)	(2.008)	-	209	-
Posição comprada	1.847	-	(17)	-
Dolár Futuro	1.847	-	(17)	-
Posição líquida	(161)	-	226	-

II) Contratos derivativos por vencimento:

Compensação	Até 3	Semestre findo em	
	meses	30.06.16	30.06.15
Termo de Moedas (NDF)	(2.008)	(2.008)	-
Dolár Futuro	1.847	1.847	-
Total	(161)	(161)	-

III) Tipos de Margem dada em Garantia

<u>Títulos Públicos</u>	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Letras Financeiras do Tesouro	924	-
Total	924	-

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 232 dias. As operações "FINAME" apresentam prazo médio de vencimento de 418 dias.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Banco é arrendador de máquinas, veículos e afins, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil, com cláusulas de atualização conforme estabelecido contratualmente. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, com prazo médio de 78 dias de vencimento. Estas operações são caracterizadas como "FINAME LEASING"

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a) Composição das operações de crédito por tipo e atividade:

<u>Por atividade</u>	Saldo da Carteira	
	30.06.16	30.06.15
Indústria	89.702	72.156
Rural	49	244
Comércio	64.018	59.027
Outros Serviços	270.156	225.894
Intermediários	627	35.191
Pessoa Física	13.496	8.182
Total	438.048	400.694

BANCO GUANABARA S.A.

Por tipo	Saldo da Carteira	
	30.06.16	30.06.15
Arrendamento	308	735
Empréstimos	316.606	266.916
Financiamentos	90.073	96.848
Coobrigações Garantias Prestadas	30.400	35.191
Títulos e Créditos a Receber	661	1.004
Total	438.048	400.694

b) Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira		Provisão
		30.06.16	% Distribuição	
AA	0,00%	-	0,00%	-
A	0,50%	111.704	25,50%	559
B	1,00%	211.135	48,20%	2.111
C	3,00%	75.707	17,28%	2.271
D	10,00%	12.644	2,89%	1.264
E	30,00%	8.069	1,84%	2.421
F	50,00%	4.392	1,00%	2.196
G	70,00%	3.391	0,77%	2.374
H	100,00%	11.006	2,51%	11.006
Total		438.048	100,00%	24.202

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira		Provisão
		30.06.15	% Distribuição	
AA	0,00%	-	0,00%	-
A	0,50%	105.214	26,26%	526
B	1,00%	173.649	43,34%	1.736
C	3,00%	91.149	22,75%	2.734
D	10,00%	4.627	1,15%	463
E	30,00%	9.226	2,30%	2.768
F	50,00%	7.136	1,78%	3.568
G	70,00%	3.964	0,99%	2.775
H	100,00%	5.729	1,43%	5.729
Total		400.694	100,00%	20.299

BANCO GUANABARA S.A.

c) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Saldo no início do período	23.151	16.126
Constituição da provisão	6.100	8.338
Reversão da provisão	(1.233)	(1.996)
Créditos baixados como prejuízo	(3.816)	(2.169)
Saldo no final do período	24.202	20.299

No semestre foi recuperado o montante de R\$ 156 mil (R\$ 310 mil em junho de 2015), referente a créditos anteriormente baixados como prejuízo.

9. INVESTIMENTOS

	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Participações em outras empresas	274	268
MEP		
Outras Empresas	274	268
Títulos Patrimoniais	10	10
Outros Investimentos	1.467	1.467
Total	1.751	1.745

BANCO GUANABARA S.A.**10. IMOBILIZADO**

Está assim constituído:

	Taxa de Depreciação a.a	Semestre findo em	
		30.06.16	30.06.15
<u>Imobilizado de Uso</u>			
Instalações	10%	389	389
Móveis e equipamentos	10%	465	465
Sistema de comunicações	10%	125	125
Sistema de processamento de dados	20%	2.406	2.411
Sistema de Segurança	20%	17	17
Imobilizado de Uso		3.402	3.407
(-) Depreciação acumulada		(3.017)	(2.800)
Total do Imobilizado de Uso		385	607
<u>Imobilizado de Arrendamento</u>			
Máquinas e Equipamentos		-	-
Veículos e afins		7.592	7.592
Superveniência de depreciação		1.657	1.846
Imobilizado de Arrendamento		9.249	9.438
(-) Depreciação acumulada		(7.592)	(7.501)
Total do Imobilizado de Arrendamento		1.657	1.937
Total do Imobilizado		2.042	2.544

11. DEPÓSITOS E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**a) A carteira estava assim constituída:****l) Abertura por Vencimento:**

Depósitos	30.06.16				Total Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
À Vista	10.945	-	-	-	10.945
A Prazo	-	14.388	84.749	799.314	898.451
Total	10.945	14.388	84.749	799.314	909.396
Circulante					110.082
Longo Prazo					799.314

BANCO GUANABARA S.A.

Depósitos	30.06.15				Total Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
À Vista	7.055	-	-	-	7.055
A Prazo	-	4.185	56.124	773.146	833.455
Total	7.055	4.185	56.124	773.146	840.510
Circulante					67.364
Longo Prazo					773.146

b) Recursos de emissão de títulos

As Letras de Crédito Imobiliário foram emitidas no decorrer do 4º trimestre de 2015, os títulos são remunerados a taxa de 90% do CDI.

Títulos	30.06.16			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
Letras de Crédito Imobiliário	26.129	5.707	-	31.836
Total	26.129	5.707	-	31.836

Títulos	30.06.15			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

c) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Com objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco, em 2010 e 2011, efetuou captações na modalidade de "Instrumentos de Dívida Subordinada" com emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$ 10.000 mil remuneradas a taxa de 100% do CDI. Os títulos foram emitidos com vencimento entre quatro a cinco anos e tiveram aprovação do Banco Central para serem utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência.

BANCO GUANABARA S.A.

Em 18 de fevereiro de 2016 foi efetuado o resgate final das Letras Financeiras Subordinada (LFS) no valor de 16.440 mil.

Dívidas subordinadas	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Letras Financeiras Subordinadas (LFS)	-	15.123
Total	-	15.123

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os repasses no país são compostos por recursos originários de fundos ou programas oficiais, especialmente o "FINAME", os quais são sujeitos às seguintes taxas médias:

Produto	Em 30/06/2016	Em 30/06/2015
Finame Pós	5,73% a.a. + TJLP	4,78 %a.a. + TJLP
Finame Leasing Pós	13,89% a.a. + TJLP	12,59% a.a.+ TJLP
Finame Pré	7,30 % a.a.	5,68 % a.a.
Finame Leasing Pré	2,54 % a.a.	2,54 % a.a.
Finame Selic	6,65 % a.a.	-

Por Tipo	Semestre findo em	
	30.06.16	30.06.15
Repasses no País	49.257	73.189
Total	49.257	73.189
Circulante	25.785	42.586
Longo Prazo	23.472	30.603

l) Abertura por Vencimento:

Repasses no País	30.06.16			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
FINAME	8.333	17.452	23.472	49.257
Total	8.333	17.452	23.472	49.257
Circulante				25.785
Longo Prazo				23.472

Repasses no País	30.06.15			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
FINAME	12.970	29.616	30.603	73.189
Total	12.970	29.616	30.603	73.189
Circulante				42.586
Longo Prazo				30.603

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 66.000 mil, representado por 66.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b) Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas Especiais de Lucros o valor de R\$ 60.912 mil, referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos.

c) Juros sobre Capital Próprio

São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros sobre capital próprio foram creditados líquidos de Imposto de Renda na Fonte e pagos no montante de R\$ 4.057 mil (R\$ 2.371 mil em junho de 2015).

14. REQUERIMENTOS MÍNIMOS DE CAPITAL

A Resolução CMN nº. 4.193/13 determinou nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), a partir de outubro de 2013, pelas instituições financeiras. Com base nessa norma, o índice de Basileia da Instituição, em 30.06.16, foi de 23,12% (28,72% em 30.06.15).

O CMN, através da Resolução nº 4.192/13 definiu o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e II. A referida resolução dividiu o capital Nível I em Capital Principal e Capital Complementar. O primeiro foi estabelecido de modo a ser composto, basicamente, por ações e lucros acumulados, enquanto o segundo por instrumentos que se assemelham aos chamados instrumentos híbridos de capital e dívida.

As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência, porém para apurarmos esse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O RWA corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Atualmente, o requerimento mínimo de PR corresponde a 9,875% (11,00% em 30.06.15) do montante RWA.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 3.464/07 e alterações posteriores, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais, Controles Internos e Gestão de Riscos. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão, o banco possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins. Integra esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:

Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia "Value at Risk", que é calculado diariamente, considerando os principais ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". O relatório anual está disponível na instituição e no seu site;

Risco de Crédito - O Banco por possuir risco na carteira trading utiliza as metodologias padrão divulgadas pelo BACEN de acordo com o tipo de exposição para o cálculo diário do risco de mercado. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". O relatório anual está disponível na instituição e no seu site;

Risco de Liquidez - O risco de liquidez do Banco é gerenciado através da análise de projeção do fluxo de caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação "normal e estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos, que possam afetar significativamente a liquidez do Banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e

Risco Operacional - O gerenciamento do Risco operacional está sob a responsabilidade do departamento de Controladoria e Gestão de Riscos. Visando atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.380/2006 e alterações posteriores, constantemente são implementadas políticas e procedimentos adequados à nossa estrutura. A descrição da estrutura do gerenciamento do Risco Operacional está disponível em nosso site.

16. GESTÃO DE CAPITAL

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição em consonância com os riscos a que está exposto, além de uma elaboração de metas, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

O Banco Guanabara efetua esse gerenciamento de forma prospectiva, ou seja, avaliando e preparando-se para possíveis perdas inesperadas de capital em decorrência de condições atípicas e/ou adversas de mercado.

17. OUVIDORIA

Em conformidade a Resolução CMN n ° 4.433/15 e disposições complementares que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara possui sua área de Ouvidoria que pode ser acessada pelo número 0800-2822561, ou através do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JACOB BARATA, Presidente
DAVID FERREIRA BARATA, Vice Presidente
ROSANE FERREIRA BARATA, Vice Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS, Diretor Presidente
ANTONIO DE PADUA ARANTES, Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

IVAN SOUSA DE MORAIS
Contador – CRCRJ N°. 062.649/O-7